

CARLA KEINERT EHLKE

A RECUPERAÇÃO DA ECONOMIA ALEMÃ NO PÓS-GUERRA E A INFLUÊNCIA  
DO PLANO MARSHALL: 1945-1952

Monografia apresentada como requisito parcial à  
conclusão do curso de Ciências Econômicas,  
Setor de Ciências Sociais Aplicadas,  
Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Dória Scatolin

CURITIBA

2011

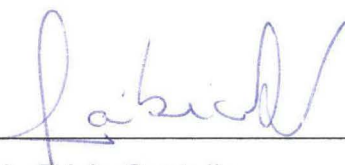
## TERMO DE APROVAÇÃO

CARLA KEINERT EHLKE

### A RECUPERAÇÃO DA ECONOMIA ALEMÃ NO PÓS-GUERRA E A INFLUÊNCIA DO PLANO MARSHALL: 1945-1952

Monografia aprovada como requisito parcial à obtenção do diploma do curso de Ciências Econômicas, setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca:

Orientador: \_\_\_\_\_



Prof. Fábio Dória Scatolin

Departamento de Economia, UFPR

Examinador: \_\_\_\_\_



Prof. Armando João Dalla Costa

Departamento de Economia, UFPR

Examinador: \_\_\_\_\_



Prof. Igor Zanoni Constant Caneiro Leão

Departamento de Economia, UFPR

Aos meus pais Vera e Sérgio,  
por sempre me apoiarem e  
incentivarem.

## RESUMO

O período entre 1945 e 1952 foi marcado por profundas mudanças na economia alemã. A exaustão dos recursos com a Segunda Guerra Mundial, as perdas físicas e humanas, e por fim, a ocupação dos países aliados, desestruturou completamente a economia do país. Através da medida de controle de preços realizada pelo governo nazista, a moeda da Alemanha (Reichsmark) perdeu o seu valor e liquidez. Dessa maneira, a população começou a utilizar o escambo como meio de troca. A solução encontrada para que a economia monetária voltasse ao equilíbrio e sua moeda tivesse valor novamente, foi realizar uma reforma monetária, onde o Reichsmark foi substituído pelo Deutschemark. Assim, a moeda voltou a circular na economia, readquiriu a sua liquidez e o escambo deixou de existir. No entanto, apenas essa medida não era suficiente para a recuperação econômica, e assim, Ludwig Erhard instaurou a economia social de mercado. Esse novo modelo econômico aboliu a tabela de preços vigente e garantia uma rede de bem estar social para a população. Mas as mudanças não foram apenas internamente, em 1947, os Estados Unidos decretou um programa de auxílio, conhecido como Plano Marshall. Esse Plano se caracterizou mais por doações do que empréstimos e visava a recuperação da Europa. Seu surgimento e reais contribuições para a recuperação econômica da Alemanha causam divergências entre duas linhas de pensamento, seus defensores e críticos. Em 1952, a economia alemã já estava recuperada, com o nível de produção das indústrias maior do que um ano antes da guerra e tinha o maior PIB entre os países europeus.

**Palavras-chave:** Alemanha. Pós-guerra. Milagre alemão. Economia Social de Mercado. Plano Marshall.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 -	PRODUÇÃO APÓS A II GUERRA MUNDIAL - 1946.....	15
FIGURA 2 -	PRODUÇÃO INDUSTRIAL DA BIZONIA.....	41
FIGURA 3 -	TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB, 1948-51.....	43

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 -	TAXA TARIFÁRIA MÉDIA DOS PRODUTOS MANUFATURADOS EM PAÍSES DESENVOLVIDOS.....	12
TABELA 2 -	PRODUÇÃO INDUSTRIAL ALEMÃ.....	29
TABELA 3 -	REPÚBLICA FEDERAL – PORCENTAGEM DE AUMENTO DA PRODUÇÃO.....	30
TABELA 4 -	VOLUME DO COMÉRCIO EXTERIOR ALEMÃO.....	32
TABELA 5 -	AJUDA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS.....	35
TABELA 6 -	DIVISÃO DO FUNDO DE CONTRAPARTIDA EM INVESTIMENTO BRUTO FIXO.....	39

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>2. ANTECEDENTES DA RECUPERAÇÃO DA ECONOMIA ALEMÃ</b>	<b>11</b>
2.1 A HISTÓRIA DA INDÚSTRIA ALEMÃ.....	11
2.2 PERÍODO ENTRE GUERRAS.....	12
2.3 MEDIDAS DURANTE GUERRA.....	13
2.4 SITUAÇÃO ALEMÃ EM 1945.....	14
<b>3. CRESCIMENTO DA ECONOMIA ALEMÃ NO PÓS GUERRA</b>	<b>19</b>
3.1 ESCOLA DE FRIBURGO E A ECONOMIA SOCIAL DE MERCADO.....	19
3.2 A REFORMA MONETÁRIA E BANCÁRIA ALEMÃ.....	21
3.3 A REFORMA FISCAL ALEMÃ.....	26
3.4 A RECUPERAÇÃO DA INDÚSTRIA ALEMÃ.....	27
3.5 COMÉRCIO EXTERIOR.....	31
<b>4. RECUPERAÇÃO DA ALEMANHA E A INFLUÊNCIA DO PLANO MARSHAL</b>	<b>33</b>
4.1 VISÃO GERAL DO PLANO MARSHALL.....	33
4.2 DEFENSORES DA INFLUÊNCIA POSITIVA DO PLANO MASHALL NO CRESCIMENTO.....	36
4.3 CRÍTICOS DA IMPORTÂNCIA DO PLANO MARSHALL PARA A RECUPERAÇÃO.....	39
4.4 COMPARATIVO ENTRE AS DUAS CORRENTES.....	42
<b>5. CONCLUSÃO.....</b>	<b>45</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>47</b>

## 1. INTRODUÇÃO

As heranças deixadas por uma guerra, especialmente uma de grande proporção, são inestimáveis. Em 1945, com o término da Segunda Guerra Mundial, a perspectiva dos países europeus era de miséria e desolação total. Mais de 50 milhões de pessoas foram mortas, e na Alemanha dois em cada três homens nascidos em 1918 (JUDT, 2008, p. 33) não sobreviveram à Guerra.

Além das perdas humanas, todo o esforço da Alemanha na superação da grande depressão dos anos 1930, reduzindo o desemprego e voltando a ser uma potência econômica foi perdido. A nação estava novamente inserida numa crise econômica e com o seu território sendo ocupado pelos países aliados ao final da Segunda Grande Guerra. Segundo as palavras de John McCloy<sup>1</sup> (1945, citado por Judt, 2008, p. 53), integrante da Comissão de Controle dos EUA, prevalecia na Alemanha ao final da guerra o colapso total, econômico, social e político [...] cuja extensão não tem paralelos na História, a menos que se invoque a queda do Império Romano. As políticas econômicas empregadas durante a Segunda Guerra também foram responsáveis pela situação que o país se encontrava. Hitler impôs a estratégia de controle dos preços para poder comprar materiais bélicos, pagando preços artificialmente baixos, sem se importar com as conseqüências que traria para a população.

Em 1948, a situação da Alemanha começou a se transformar a partir da reforma monetária, o qual teve por principal medida acabar com o antigo *Reichsmark* e criar o *Deutschemark* (marco alemão). O país apresenta, depois de 1950, um crescimento rápido, equilibrado e sem prejuízo para a sua balança de pagamentos. Em 1951, a produção da indústria alemã já ultrapassava o nível que se encontrava um ano antes do início da Segunda Guerra Mundial, e em 1952 o nível de importações e exportações também superavam o volume exportado e importado anteriormente.

As transformações econômicas não ocorreram apenas internamente, houveram também mudanças externas. Em 1947, o Secretário do Estado dos EUA, George Marshall apresentou seu programa de auxílio para os países europeus

---

<sup>1</sup> MCCLOY, John. Berlim, 1945. Informação verbal.



atingidos pela 2ª Guerra, o Plano Marshall. A ajuda externa oriunda do Plano causa controvérsias sobre sua origem e eficácia para a recuperação econômica do país até os dias atuais. De um lado, ocorrem críticas sobre possíveis interesses norte-americanos para o surgimento do programa e argumentos de que ele não foi vital para a recuperação da economia alemã. De outro, há os que acreditam que ele foi fundamental para o “milagre alemão”.

Diante da rápida recuperação alemã, vista por muitos como um milagre econômico, o objetivo desse trabalho é analisar as medidas tomadas para a retomada do desenvolvimento econômico alemão e a influência do Plano Marshall para esta recuperação entre 1945 e 1952 .

Para se entender a situação que a Alemanha se encontrava em 1945, é necessário retroceder e fazer uma breve descrição das medidas tomadas pelo regime nazista durante a guerra. Dessa maneira, o capítulo 2 desse trabalho faz uma breve análise da situação entre guerras, descreve brevemente a história da indústria alemã, as principais ações econômicas adotadas pelos nazistas durante a Segunda Guerra Mundial e o estado em que o país se encontrava em 1945. Em seguida, no capítulo 3, se analisa a rápida recuperação, a reforma monetária e a reforma fiscal, o aumento da produção industrial e a mudança para uma economia social de mercado. Enfim, no capítulo 4, é discutido o Plano Marshall e sua influência para o “milagre alemão”, discutindo se ele foi vital para a recuperação ou não, apresentando duas correntes distintas. Finalmente, são descritas as conclusões sobre o trabalho.

## 2. ANTECEDENTES DA RECUPERAÇÃO DA ECONOMIA ALEMÃ

Para se entender as transformações antes da Segunda Guerra Mundial é necessário retroceder no tempo e analisar o término da Primeira Guerra Mundial e as implicações do Tratado de Versalhes na economia alemã. Como já analisara Keynes, a ambição dos países vencedores era alarmante para o futuro alemão.

Essa Alemanha desmoralizada abriu portas para que o nazismo surgisse, e assim, a Segunda Guerra Mundial. Mas dessa vez os países inimigos não repetiram os mesmos erros do passado e criaram o Plano Marshall, que é discutido no capítulo 4. A seguir é feito um retrospecto do período entre as duas guerras, as medidas econômicas tomadas durante a Segunda Guerra Mundial e a situação que a Alemanha se encontrava em 1945.

### 2.1 A HISTÓRIA DA INDÚSTRIA ALEMÃ

Quando se relembra a história da indústria alemã, é impossível não citar o economista alemão do século XIX, Friedrich List (1789-1846). List é considerado o pai do argumento da indústria nascente, onde, em face dos países desenvolvidos, os mais atrasados não conseguiriam desenvolver novas indústrias sem a intervenção do Estado. A principal medida para proteger a indústria nascente ocorre por meio de tarifas protecionistas. (CHANG, 2004, p. 14)

List alega em seu livro *The National System of Political Economy* (O sistema nacional de economia política), publicado em 1841, que o livre-comércio é benéfico apenas entre países de nível semelhante de desenvolvimento industrial. Utilizando a Grã-Bretanha de exemplo, ele afirma que é "muito comum e inteligente de quem chegou ao topo da magnitude de chutar a escada pela qual subiram a fim de impedir os outros de fazerem o mesmo". (CHANG, 2004, p. 16)

Assim, ele mostra que países que já tem suas indústrias desenvolvidas incentivam o livre-comércio, mas no passado já utilizaram de medidas protecionistas

para chegarem ao nível que se encontram. Dessa forma, a Alemanha é conhecida como o berço da proteção à indústria nascente. Porém, se analisando historicamente e observando a tabela a seguir, a proteção tarifária teve um papel bem menos importante do que no britânico ou norte-americano.

TABELA 1 – TAXA TARIFÁRIA MÉDIA DOS PRODUTOS MANUFATURADOS EM PAÍSES DESENVOLVIDOS (PESO MÉDIO, EM PORCENTAGEM DE VALOR)

	1820	1875	1913	1925	1931	1950
Áustria	R	15-20	18	16	24	18
Bélgica	6-8	9-10	9	15	14	11
Dinamarca	25-35	15-20	14	10	n.d.	3
França	R	12-15	20	21	30	18
Alemanha	8-12	4-6	13	20	21	26
Itália	n.d.	8-10	18	22	46	25
Japão	R	5	30	n.d.	n.d.	n.d.
Holanda	6-8	3-5	4	6	n.d.	n.d.
Rússia	R	15-20	84	R	R	R
Espanha	R	15-20	41	41	63	n.d.
Suécia	R	3-5	20	16	21	9
Suíça	8-12	4-6	9	14	19	n.d.
Reino Unido	45-55	0	0	5	n.a.	23
EUA	35-45	40-50	44	37	48	14

FONTE: CHANG (1994) P.36

Apesar de não praticarem muitas proteções tarifárias, a história industrial alemã foi marcada pela existência de cartéis, os quais foram legalizados pela corte do país em 1897. Assim, segundo Há-Joon Chang, “a cartelização se difundiu, passando a ser o meio pelo qual o governo planejava as atividades econômicas” prevalecendo na economia alemã até o término da Segunda Guerra Mundial.

## 2.2 PERÍODO ENTRE GUERRAS

É praticamente impossível se discutir o início da Segunda Guerra Mundial sem citar o Tratado de Versalhes. Keynes, no seu livro *“As conseqüências econômicas da Paz”* estuda a natureza e as implicações do Tratado para a Alemanha. Como a Alemanha não se rendeu incondicionalmente, em 8 de Janeiro de 1918, o presidente norte-americano Woodrow Wilson, garantiu em discurso que não iria punir a nação derrotada. Porém, tal promessa não pode ser cumprida devida a demanda da população francesa em ver o país alemão ser severamente punido por seus atos. (KEYNES, 2002, p. 41)

Antes da I Guerra, uma das principais fontes de renda da Alemanha era o comércio exterior, mas com a dependência dos países aliados a nação foi privada de recursos, o que acabou deteriorando o seu balanço de pagamentos. A dependência começou com o confisco de todos os navios da marinha mercante alemã com mais de 1.600 toneladas brutas, metade das embarcações entre 1.000 e 1.600 toneladas, um quarto de suas traineiras e barcos de pesca marítima e um quinto de sua frota pesqueira fluvial. Isso incluiria também os barcos em construção e em navegação além de um compromisso de construir para os aliados os barcos de sua escolha até o limite de 200.000 toneladas anuais, durante cinco anos. (KEYNES, 2002, p. 44)

Sobre o assunto, Hjalmar Schacht (1931) afirma que: “O que foi chamado de Tratado de Paz não foi um tratado e tampouco trouxe a paz”. Assim, o Tratado de Versalhes contribuiu para causar uma má relação entre os países ocasionando uma situação de vingança, onde o nazismo conseguiu chegar ao poder e iniciar a Segunda Guerra Mundial.

### 2.3 MEDIDAS DURANTE A GUERRA

A partir de 1936, os nazistas transformaram a economia alemã em um sistema de administração centralizada. As principais medidas impostas pelo regime nazista foram: a fixação dos preços e salários no nível do outono de 1936, o racionamento dos bens de consumo e alimentos, repartição central de trabalho e matérias primas e um sistema de cotas de entrega obrigatória para os fazendeiros.

Dessa forma, pode-se observar que a crise de 1940 está associada à desordem fiscal, o qual foi provocada pelo aumento nos gastos públicos decorrentes da guerra. Para agravar a situação, esses custos adicionais foram acompanhados por uma queda na receita tributária, oriunda da redução da atividade produtiva e pelo aumento das evasões. Assim, com o intuito de financiar esse crescente déficit público, o governo emitiu títulos e expandiu a emissão monetária. (DALL'ACQUA, 1990, p. 2).

Enquanto o governo tinha práticas expansionistas, a oferta agregada se reduzia, em consequência das dificuldades provocadas pela guerra. Assim, para sustentar as pressões inflacionárias decorrentes dessa situação, os preços e salários foram congelados e houve um rigoroso sistema de racionamento de produtos e de moeda estrangeira. Esse controle impedia que houvesse um processo hiper inflacionário semelhante ao ocorrido na década de 20, porém, como efeitos dessas medidas houve um declínio da velocidade de circulação. Em meados da década de 40, a quantidade de moeda em circulação havia aumentado quase 10 vezes em relação a 1936, quando Hitler impôs o controle de preços. (DALL'ACQUA, 1990, p. 2).

As medidas tomadas durante o período da Segunda Guerra Mundial fizeram com que a produção total caísse para a metade e os preços aumentassem em cerca de 90%, indicando uma redução na velocidade de circulação de aproximadamente 10 vezes. Dessa maneira, a moeda nacional perdia sua significância pela crescente limitação como meio de troca, e não como pela depreciação, como ocorreu em 1923. (DALL'ACQUA, 1990, p. 2).

Dessa maneira, ao final da Segunda Guerra Mundial, a economia monetária na Alemanha estava totalmente modificada e como é observado posteriormente, esses atos tiveram graves consequências na liquidez e no valor da moeda alemã.

## 2.4 SITUAÇÃO ALEMÃ EM 1945

Em 1945, a revista *The Economist*, resumiu a situação da Alemanha com esse seguinte questionamento: "Que tipo de Alemanha poderá surgir de tanta

confusão e incerteza? Economicamente, não há dúvidas de que a ruína virá. Não importa o que os Aliados venham a fazer, haverá ruína, pois talvez nem mesmo a mais maravilhosa organização fosse capaz de evitar o desastre nesse inverno.” (THE ECONOMIST, 1945, p. 800).

Assim, com o término da Segunda Guerra Mundial, a economia alemã se encontrava paralisada. Apesar da população alemã ter enfrentado uma terrível hiperinflação e um longo período de depressão, nunca tinham passado por nada parecido como nesse ano.

Como pode se observar no quadro a seguir, a Alemanha foi o país europeu que teve a maior queda no PIB. Em 1946 seu nível era menor que a de 1938, um ano antes do início da Segunda Guerra Mundial:

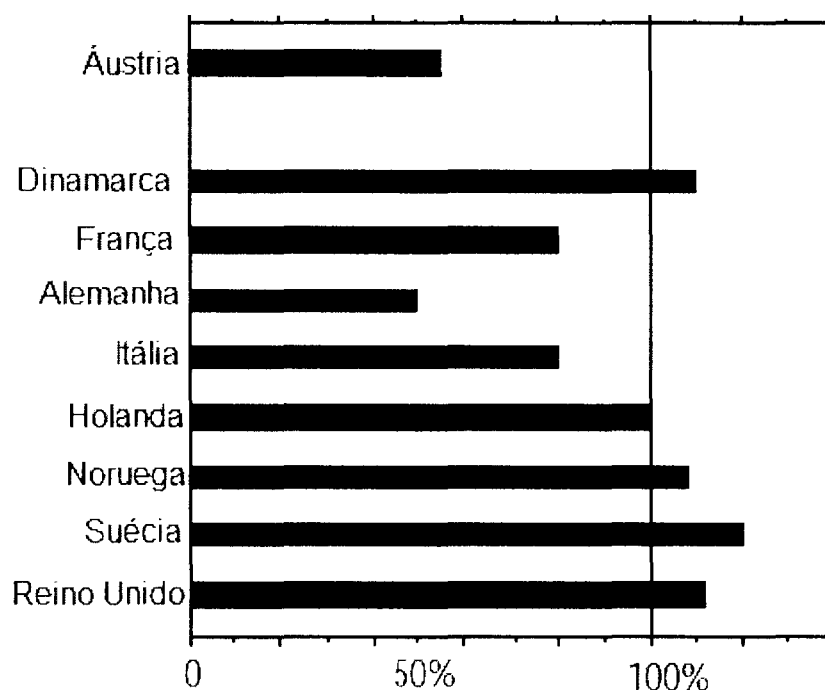


Figura 1 - PRODUÇÃO APÓS A II GUERRA MUNDIAL 1946 (1938=100%)  
 FONTE: DE LONG E EICHENGREEN (1991)

A destruição causada pela Segunda Guerra Mundial foi muito maior do que a deixada pela Primeira, em parte isso foi devido às armas e produtos bélicos mais avançados e mais destrutivos. Além disso, o nível do congelamento de preços estava muito abaixo do estoque de dinheiro, que foi inflacionado pelo financiamento da guerra através da impressão da moeda. A Alemanha se encontrava no estado de

“inflação reprimida”. Os agentes não aceitavam mais a moeda oficial como meio de troca, fazendo com que ela perdesse seu valor. Assim, as pessoas e empresas recorriam aos cigarros como principal meio de pagamentos ou usavam o escambo para fazer acordos, muitas vezes tendo que utilizar acordos bilaterais. A necessidade das empresas e indústrias de possuírem commodities em estoque para eventuais escambos e a fuga de ativos como bens de valores, levaram-nas a uma larga escala de acumulação de estoques, matérias primas e produtos semi-acabados. (DORNBUSCH, 1993, p. 1).

Então, segundo relato de Tony Judt, na Alemanha não existia mais uma moeda corrente:

O mercado negro prosperava e cigarros eram aceitos como produto de troca: nos campos de deslocados de guerra, a remuneração dos professores era de cinco maços por semana. Em Berlim, o valor de um pacote de cigarros norte-americanos variava entre 60 e 165 dólares, o que propiciou aos soldados das forças de ocupação dos EUA excelentes ganhos com a venda de suas cotas de cigarros: nos primeiros quatro meses da ocupação aliada, as tropas norte-americanas em Berlim enviaram para os EUA 11 milhões de dólares além dos valores recebidos como soldo. (JUDT, 2007, p. 102).

Os crescentes gastos nas zonas de ocupação tiveram que continuar a ser bancados pelos governos militares, principalmente através da emissão de moeda, mantendo-se a fixação dos preços e salários e assim, fazendo com o que a moeda se desvalorizasse ainda mais. Essas alterações na economia monetária tinham efeitos desastrosos sobre a atividade econômica. Enquanto os empresários recusavam a moeda, substituindo por outros meios de troca e de reserva de valor, a principal meta da atividade empresarial tornava-se a proteção e o entesouramento de ativos reais, ao invés do lucro monetário obtido na produção e venda de bens e serviços. (DALL'ACQUA, 1990, p. 3).

No setor industrial, ao contrário do que se imaginava no período pós-guerra, o que mais afetou a produção foram os problemas de transporte e escassez de matéria-prima, invés da destruição de instalações e máquinas, que seriam as primeiras causas apontadas.

A ruptura dos meios de transporte também agravou o problema de falta de alimentos do país. Ao final da Segunda Guerra, os alemães já sabiam que sem o excedente agrícola oriundo das antigas regiões ocidentais do país, seria impossível manter-se. Apesar dos Estados Unidos, e em menor escala o Reino Unido, financiarem importações de alimentos, as rações fornecidas freqüentemente

estavam abaixo da meta de 1550 calorias - metade do nível de consumo antes da guerra - e como previsto, em fevereiro de 1945, a escassez de alimentos tornou-se um fator crítico devido ao início do inverno. (DORNBUSCH, 1993, p. 2).

Os fatores responsáveis pela escassez de alimentos era tanto a perda de terras de agricultura nas antigas províncias da Prússia Oriental como a necessidade de alimentar os milhões de refugiados alemães. Além disso, durante a Guerra áreas semeadas com produtos agrícolas foram reduzidas pela construção de estradas, de campos de exercícios militares e de pistas de pouso. Esses problemas ainda eram agravados pelo número elevado de pessoas desprotegidas e improdutivas que precisavam ser alimentadas:

Na Alemanha, a ingestão média entre adultos, em 1940 e 1941, era de 2.445 calorias diárias; em 1943, passou a ser de 2.078 calorias por dia, caindo para 1.412 no período de 1945 a 1946. Mas esses números referem-se a médias. Em junho de 1945, na zona de ocupação norte-americana, a ração diária oficial disponível para consumidores alemães "normais" (excluindo-se operários de categorias favorecidas) não passava de 860 calorias. Esses índices conferiam um sentido triste a uma piada alemã que circulava durante a guerra: "É melhor aproveitar a guerra – a paz será terrível." (JUDT, 2007, pag. 35)

Além desses fatores primários, em maio de 1945, a atividade econômica da Alemanha parecia ter cessado completamente e o país ainda tinha que enfrentar a possibilidade de ter de pagar por uma guerra perdida. Dessa maneira, para evitar a reestruturação da Alemanha, temendo o surgimento de uma nova agressão, os países aliados queriam assegurar uma economia de pós-guerra mais agrícola e descentralizada, garantindo um padrão de vida básico e permitindo apenas o pagamento das reparações de guerra. Para que essa situação se mantivesse, muitas das maiores indústrias alemãs foram tomadas pelas potências de ocupação, várias figuras de destaque da economia foram presas e patrimônios pertencentes às maiores empresas industriais do país foram confiscados tanto nas zonas ocidentais como na zona soviética. (DORNBUSCH, 1993, p. 2).

Outro grande obstáculo para a recuperação econômica do país era a aguda escassez de carvão. Como as demais economias industriais européias, a Alemanha dependia imensamente do carvão, pois ele se caracterizava como o principal combustível tanto para as indústrias nacionais como para o aquecimento doméstico. Em 1947, a produção de carvão era apenas um pouco mais da metade do nível antes da guerra. A escassez dessa matéria prima combinada com os estragos



sofridos pela rede ferroviária, necessária para levá-lo do local que era extraído para onde era queimado, debilitou ainda mais a economia alemã em 1945. (DORNBUSCH, 1993, p. 2).

Assim, após o término da Segunda Guerra Mundial, a Alemanha se encontrava em uma situação precária com escassez de comida, materiais e força de trabalho humano. Nos próximos capítulos é mostrado como o país conseguiu sair dessa situação e se recuperar economicamente.

### 3. CRESCIMENTO DA ECONOMIA ALEMÃ NO PÓS GUERRA

A recuperação econômica alemã foi idealizada e executada em condições bastante especiais. A perda do regime nazista significou mais que uma simples mudança de poder e a estrutura produtiva do país estava seriamente comprometida. Cidades importantes, como Hamburgo e Dresden, foram praticamente arrasadas. Também houve perda do estoque do capital humano com a morte de quase quatro milhões de soldados, potenciais trabalhadores. Assim, era necessária a reorganização da produção sobre novas bases econômicas e uma tecnologia moderna para suprir a falta de mão de obra.

Superadas essas condições, as três décadas após a derrota de Hitler foram marcadas, na Europa Ocidental, por uma extraordinária aceleração do crescimento econômico acompanhada por uma era da prosperidade sem precedentes. O desempenho econômico europeu e seus padrões de consumo começaram a se assemelhar aos dos EUA. Assim, em menos de uma década, os europeus embarcaram numa era de prosperidade.

O primeiro lugar que o boom econômico pode ser observado foi na Alemanha. No decorrer da década de 1950, o índice anual médio da produção interna per capita subiu 6,5%, sendo que entre 1913 e 1950 esse índice foi de apenas 0,4%. No cálculo geral, entre 1950 e 1973, o PIB alemão per capita mais do que triplicou, em termos reais. (JUDT, 2007, p. 332).

O alto crescimento da economia alemã na década de 1950 pode ser explicado, devido a um aumento da produtividade superior ao aumento dos salários, constantemente alimentada pelo investimento, foram definitivos para o desenvolvimento econômico.

Assim, é estudado nesse capítulo os principais motivos apontados para a recuperação econômica da Alemanha. Primeiramente será analisada a transição para uma Economia Social de Mercado, logo após a reforma monetária e por último, é feito um aprofundamento nos principais setores da economia.

#### 3.1 ESCOLA DE FRIBURGO E A ECONOMIA SOCIAL DE MERCADO

Tendo em vista a situação que a Alemanha se encontrava após a Segunda Guerra Mundial, ERHARD (1957), primeiro Ministro da Economia da República Federal da Alemanha e posterior Chanceler, propôs a mudança do sistema, criando assim a economia social de mercado. A primeira principal ousadia desta transição para a economia de mercado foi a abolição da tabela de preços, praticada desde a época da Segunda Guerra Mundial. Dessa maneira foi eliminada uma influência direta da burocracia na economia. Ludwig Erhard explica porque essa providência teve que ser tomada:

Não foi como se tivéssemos tido a possibilidade de escolher livremente o modo de agir racional. O que tivemos de fazer neste aspecto foi quebrar as algemas. Tínhamos de estar dispostos a fazê-lo, para que o nosso povo voltasse a usar de princípios morais e para podermos iniciar uma purificação da nossa economia social. Com a mudança político-econômica duma economia dirigida para uma economia de mercado, fizemos mais do que tomar providências estritamente econômicas. Edificamos a nossa vida econômico-social sobre uma base nova, dando-lhe assim novo começo. Tivemos de renegar a intolerância, que, cercando a liberdade espiritual, conduz à tirania e ao totalitarismo. Tivemos de caminhar para uma ordem que, pela integração voluntária e pela consciência das responsabilidades, ambiciona um todo significativamente orgânico. (ERHARD, 1948, p. 26).

A Escola de Friburgo, que se popularizou com o nome de Ordo-liberalismo, se caracteriza por uma corrente econômica fundada por economistas alemães durante a década de 1930. Essa corrente propunha criar as condições de uma livre concorrência que funcionasse aliada com a ajuda da mão reguladora do Estado e estava assim, interligada com o conceito de Economia Social de Mercado. (COSTA, 2011).

A Economia Social de Mercado se caracteriza por buscar uma junção entre o liberalismo e o socialismo que traga maior bem estar para toda sociedade. Ou seja, é uma economia mista com o princípio de criar uma terceira opção para o funcionamento das nações, combinando o melhor de cada modelo. Seu principal objetivo é preservar a liberdade do indivíduo em todos os âmbitos da existência humana, em todas as condições naturais de escassez econômica e nos conflitos inerentes a toda sociedade. (ERHARD, 1957, p. 13)

É necessário um funcionamento adequado do sistema de preços no mercado de bens, serviços e capitais. Práticas de fixação de preços e estagnação dos salários são condenadas, pois desvirtuam a demanda real da sociedade pelos

produtos ofertados. A violação da estabilidade da moeda para a expansão econômica também é severamente criticada, sendo aceita apenas uma política monetária destinada a preservar a estabilidade da moeda.

A gerência econômica devia ser destinada a fortalecer os mecanismos de mercado sobre uma base legal, garantindo estímulos à livre empresa e ao desenvolvimento do setor privado. E também no âmbito industrial, o processo de concorrência é defendido, pois se acredita que é um dos responsáveis pelo bem estar da sociedade.

Outra condição necessária para o funcionamento da Economia Social de Mercado é o abandono do protecionismo por parte do Estado, para nenhum setor e indústria do mercado ser beneficiada e assegurar dessa maneira, um mercado justo e de livre concorrência. Em nenhum caso, o Estado deveria estar habilitado para planificar ou dirigir o processo econômico.

Para RADKE (1995), na economia social de mercado, ao mesmo tempo em que a sobrevivência dos meios de produção é garantida, o governo se preocupa em garantir uma rede de segurança social, aos desabilitados e ociosos, e serviços públicos (como hospitais e escolas) para a população. Ou seja, o modelo da economia social de mercado pretende estabelecer limites para a livre ação das forças do mercado, evitando dessa maneira ocorrências que vão contra o bem estar dos indivíduos. Os produtores são instigados a inovar para auferirem mais lucros, mas sem esquecer a participação do empregado no progresso social. Por esses motivos é também considerado um capitalismo "mais humano" por diversos economistas.

Finalmente, em discurso ao congresso do CDU (União Democrata-Cristã), em Stuttgart, Merkel<sup>2</sup> (2008, apud Folha de São Paulo et al., 2008) disse que: "A economia social de mercado é a forma mais humana de tramitar uma economia. É preciso fazer da economia social de mercado um produto de exportação."

### 3.2 A REFORMA BANCÁRIA E MONETÁRIA ALEMÃ

---

<sup>2</sup>MERKEL, Angela. Stuttgart, 2008. Informação verbal.

Como foi mostrado no primeiro capítulo desse trabalho, as medidas tomadas durante a guerra foram desastrosas para a política monetária da Alemanha. Com a fixação de preços e a emissão de títulos, a moeda nacional foi desvalorizada e a população passou a utilizar escambos como principal meio de troca.

Assim, era necessária uma reforma monetária para a atividade econômica alemã poder se recuperar e a moeda voltar a ser o principal meio de troca utilizado pela população e pelas indústrias.

A ocupação da Alemanha por um regime militar instalado pelos países aliados facilitava a implantação de medidas que envolviam mudanças substanciais na distribuição social da renda e de riqueza. Era mais fácil implementar medidas antipopulares por dirigentes estrangeiros do que num governo democrático.

Mas mesmo com essa facilidade, antes de ocorrer a reforma monetária houve uma profunda reestruturação do sistema bancário, a qual resultou no estabelecimento de um banco central independente, no mesmo molde do Federal Reserve System. Já em 1945, os aliados fecharam o banco central (Reichsbank), o qual havia colaborado decisivamente com o financiamento dos gastos de guerras do regime nazista. Assim, iniciaram-se as discussões sobre a reorganização do sistema bancário alemão. Como essas negociações progrediam lentamente, os países aliados decidiram criar bancos centrais regionais nas suas áreas de ocupação.

Em Abril de 1948, dois meses antes de ser implementada a reforma monetária, foi criado o Bank Deutscher Lander. E assim:

Coube ao Bank Deutscher Lander regulamentar as transações entre bancos centrais regionais e bancos comerciais, além de centralizar as decisões de política monetária. Assim, o banco teria o poder de fixar o nível de reserva dos bancos comerciais, de estabelecer as taxas de desconto, de conduzir suas próprias operações de open-market e de regular estas operações quando realizadas pelos bancos centrais regionais. Aos bancos centrais regionais caberiam desempenhar algumas funções tradicionais de banco central, tais como segurar as reservas legais dos bancos comerciais e atuar como prestador de última instância. Porém, não poderiam emitir moeda nem definir sua própria política monetária, funções que seriam prerrogativas exclusivas do Bank Deutscher Lander, que dessa forma teria assegurado seu poder de autoridade monetária central sobre os bancos. (DALL'ACQUA, 1990, p. 148).

Entre 1945 e junho de 1948, quando a reforma foi finalmente anunciada, foram debatidos mais de 20 planos elaborados por economistas americanos, franceses, ingleses e alemães.

O principal problema apontado pela reforma monetária alemã em 1948 era como deveria ser distribuído o custo do repúdio da dívida interna pública entre os diferentes detentores de ativos financeiros e reais. Na crise de 1923, a própria hiperinflação se encarregou de anular a dívida pública, impondo arbitrariamente as perdas e na situação de 1948 as autoridades econômicas detinham o poder de arbitragem.

A reforma econômica de 1948 ocorreu apenas no bloco ocidental, fazendo com que os soviéticos realizassem uma reforma monetária independente para a sua zona de ocupação. Para o lado alemão, um grupo de especialistas elaborou o Plano Hamburgo. Porém, o Plano Dodge, elaborado pelos Estados Unidos, acabou sendo utilizado como base para a reforma monetária.

Finalmente, em junho de 1948, após a reforma do sistema bancário, houve a reforma monetária, que tinha como objetivos centrais: retirar o excesso de moeda em circulação e solucionar a questão do repúdio da dívida pública mobiliária, que eram as principais causas da instabilidade da política monetária no país. Para alcançar esses objetivos, não era apenas suficiente a simples conversão da moeda, mas sim um complexo conjunto de medidas.

Dessa maneira, ao se introduzir a nova moeda – o Deutschemark (DM) – em substituição ao Reichsmark (RM), houve um sistema original e único de conversão, cujos fatores de conversão variavam de acordo com a categoria de detentores e o tipo de ativos financeiros. Assim, tentava-se evitar as injustiças e discriminação entre os diferentes detentores de ativos.

Durante a primeira semana da reforma monetária, a população e empresas tiveram que registrar seus ativos monetários para poderem se beneficiar dos direitos de conversão. A qual funcionou da seguinte maneira:

Pessoa Física:

- conversão de 10 RM: 10 DM até o limite de 60 RM por indivíduo;
- conversão de 10 RM: 1 DM para moeda em espécie e depósitos bancários acima do limite de 60 RM por indivíduo. Inicialmente, foram liberados apenas 50% desse valor, sendo o restante, transferido para uma conta bloqueada. Logo após, 70% da parte bloqueada foram cancelados, 20% foram liberados e os 10% restantes ficaram disponíveis a longo prazo. Assim, na prática, a taxa de conversão efetiva foi de aproximadamente 15 RM pra 1 DM para valores acima de 60 RM.

Empresas:

- conversão de 10 RM: 10 DM até o limite de 60 DM por trabalhador empregado; acima deste limite, aplicavam-se as regras de conversão de pessoas físicas;

- conversão de 10 RM: 1 DM para as obrigações contratuais entre credores e devedores.

Bancos e associações de crédito e poupança:

- os créditos foram convertidos a 10 RM para 1 DM;

- as "contas de conversão" foram criadas para reequilibrar a estrutura de deveres e obrigações do sistema bancário

- os depósitos das agências governamentais e dos bancos comerciais nos bancos centrais regionais e os depósitos interbancários foram cancelados. Para evitar a interrupção das operações, os bancos comerciais receberam dos bancos centrais regionais um adicional de reservas de 15 DM para cada 100 DM dos recém-convertidos depósitos à vista e de 7,5 DM para cada 100 DM dos recém-convertidos depósitos a prazo ou de poupança. (DALL'ACQUA, 1990, p. 149-150).

Uma das principais conseqüências do sistema de conversão foi a eliminação do excesso de moeda em circulação, registrando-se uma redução de 94,5% no volume de encaixes monetários, através da conversão de 112 bilhões de RM para 6 bilhões de DM em apenas três dias.

Após a promulgação da reforma monetária, os controles de preços, salários e os sistemas de racionamento puderam ser removidos da economia. Alguns poucos produtos, como aço e carvão, permaneceram sobre controle, mas tiveram seu nível de preço elevado. Para não ocorrer uma mudança tão brusca, nos primeiros quatro meses, os controles salariais foram mantidos para depois serem eliminados definitivamente.

Apenas com essa liberalização da economia que a reforma monetária poderia vingar e obter êxito. Assim, o sistema monetário alemão voltou a ser um sistema ordenado e o uso da antiga moeda ficou restrito a estreitos segmentos do comércio controlados pelo racionamento.

A parcela de Reichsmark substituída por bens de meio de troca e reserva de valor poderiam se tornar um problema para a economia. Na medida em que os ativos reais se tornavam alternativas mais atraentes do que os ativos monetários, ocorria um declínio na demanda pela moeda, gerando um excesso de liquidez na economia. A alternativa encontrada para restabelecer o equilíbrio monetário foi a de liberalizar os controles e deixar que o aumento de preços absorvesse integralmente o excesso de Reichsmark ainda existente na economia. Porém, essa opção poderia resultar em um aumento de preços e ocasionar uma hiperinflação. (DALL'ACQUA, 1990, p. 154)

Outra alternativa apresentada era reduzir a oferta e ao mesmo tempo aumentar a demanda por encaixes monetários na economia. Isto seria o equivalente

a restaurar rapidamente a confiança no Deutschemark, o que dependia da sua utilização imediata como meio de troca e reserva de valor. Para esse fim, a taxa de câmbio foi fixada em 1 DM para US\$0,3. Dessa maneira, poderia se assegurar o poder de compra da nova moeda, estimulando os agentes econômicos a aumentarem seus encaixes monetários, se livrando de ativos reais. Ao mesmo tempo, preços e salários foram liberados para que ocorresse a regulação livre do mercado e assim, incentivando a utilização da nova moeda como meio de troca, acabando com o escambo. (DALL'ACQUA, 1990, p. 155)

A medida do congelamento de câmbio foi importantíssima para a recuperação da Alemanha em 1923. A teoria se baseia na ideia central de que durante um processo de hiperinflação, a economia se dolariza rapidamente, enquanto a moeda doméstica se deprecia. Dessa maneira, o dólar se torna o novo ativo real, ou seja, torna-se mais atraente aos investidores do que os outros ativos financeiros avaliados em moeda local. Com a fixação do câmbio, fica muito mais fácil para a população avaliar os preços em moeda local, tornando a moeda nacional confiável. Porém, em 1948 apenas essa medida não era suficiente para que a economia monetária voltasse aos trilhos, também era necessário acabar com a troca direta. Por isso que a desregulação de salários e preços foi tão importante.

Com essas mudanças estruturais na política monetária alemã houve a restauração da confiança nesta, provocando um aumento da demanda por moeda. Assim, o escambo foi substituído pela nova moeda, a qual voltou a ser utilizada nas transações comerciais, levando os agentes econômicos a aumentarem seus encaixes monetários.

O resultado da reforma foi visível, sendo uma das mudanças mais aparentes o aumento do consumo. A teoria de que a oferta criava sua própria demanda foi muito notado na época, o aumento da oferta era acompanhado efetivamente por um aumento da demanda. Após um período sem ter à sua disposição diversos bens e serviços, a população estava ávida por tê-los novamente.

Finalmente, o mercado negro e o escambo não faziam mais parte do dia a dia da população. A moeda em poder dos agentes agora obtinha uma liquidez imediata nas transações monetárias, e assim, houve um aumento na velocidade de circulação da moeda.



### 3.3 A REFORMA FISCAL ALEMÃ

A Alemanha no período pós-guerra se encontrava em um ambiente de desordem fiscal e déficit público. Essa situação se originou do período durante a guerra, como foi observado no primeiro capítulo do trabalho, e se agravou com a ocupação dos países aliados após a derrota e término da Segunda Guerra Mundial. (DALL'ACQUA, 1990, p. 151).

Para tentar contornar a situação em que o país se encontrava, em 1948, para conter os crescentes déficits públicos, o país utilizava a emissão monetária. Segundo (DALL'ACQUA, 1990, p. 51), o êxito do controle de preços e salários evitavam que o excesso de liquidez se manifestassem em uma explosão inflacionária que tinha como contraparte a generalização da troca direta e a crescente utilização de substitutos para a moeda nacional. Assim, a perda de receita tributária era provocada principalmente pela redução das transações monetárias e não pelo impacto da inflação sobre a arrecadação fiscal.

Dessa maneira, foram introduzidas regras institucionais rígidas para a realização de gastos públicos, estabelecendo que:

Gastos das autoridades públicas devem ser cobertos pela arrecadação pública corrente. A obtenção de fundos por meio de crédito será legal somente para antecipação de receitas futuras. O governo militar reserva-se o direito de intervir em assuntos orçamentários se a manutenção deste princípio for infringido (Legislação de Conversão do Governo Militar de junho 1948; lei 63, artigo 28).

Assim, a regulamentação fiscal complementava a reforma bancária, que assegurava a autonomia do Banco Central estabelecendo limites rígidos dentro dos quais o Tesouro poderia recorrer ao Banco independente da disposição ou desejo das autoridades monetárias em financiar o executivo.

Além do rígido controle sobre os gastos fiscais houve também uma significativa redução de impostos. O imposto de renda diminuiu em 33% e o imposto sobre lucro das empresas, que anteriormente variava entre 35 e 65%, foi fixado em 50%. Essas medidas de redução de impostos visavam aumentar a renda líquida do setor privado, e assim, aumentar o consumo e estimular a retomada a atividade produtiva e o investimento.

Apesar da sabedoria convencional keynesiana de que um corte no déficit público traria um impacto contracionista na economia, essa consequência pode ser pelo menos parcialmente neutralizada. No caso da Alemanha, houve a substituição do financiamento monetário pela redução de despesas públicas acompanhadas por uma redução de impostos, assim, neutralizando em parte os efeitos contracionistas com um aumento de consumo e do investimento privado. Assim, por esse motivo, um programa de ajustamento econômico envolvendo cortes de gastos e redução de impostos não tem necessariamente um impacto negativo sobre a atividade econômica.

Mas as ações implementadas para reequilibrar as finanças públicas não ficaram apenas focadas no corte de gastos e mudanças na tributação. O ajuste fiscal da época foi principalmente estrutural. Houve o repúdio da dívida pública mobiliária ocorrido no final da guerra e também a anulação de outras obrigações do setor público. Os balanços das principais agências e empresas públicas não tiveram seus balanços convertidos em RM, mas sim cancelados. Assim, puderam obter um novo começo com uma situação financeira sanada e para isso receberam um valor inicial calculado com base na sua receita média mensal. Dessa forma, pode-se observar que a reforma fiscal procurou também reequilibrar o saldo total das obrigações e haveres financeiros do setor público.

Para o êxito da reforma fiscal, a reforma monetária foi um complemento fundamental. A utilização de fatores de conversão diferenciados para determinadas categorias de detentores e tipos de ativos financeiros provocou uma larga distribuição de renda, assim, permitindo que o setor privado absorvesse o passivo do setor público sem ter que arcar com uma mudança substancial na posição relativa dos seus diferentes agentes econômicos. (DALL'ACQUA, 1990, p. 154)

### 3.4 A RECUPERAÇÃO INDÚSTRIA ALEMÃ

Durante a guerra, houve um considerável investimento nas indústrias alemãs, principalmente nas bélicas. Esse investimento fez com que a capacidade industrial alemã fosse maior no final da guerra do que antes. Mas, isso não significava que o

setor industrial se encontrava numa boa situação. Havia problemas com os estrangulamentos econômicos, como o sistema de transporte, e os países aliados.

Muitas indústrias haviam escapado dos bombardeios, mas a pequena oferta de produtos estava longe de suprir a demanda. Para agravar a situação, os Aliados confiscaram grande parte da produção para o pagamento da reparação de guerra e o governo alemão ainda tinha medidas intervencionistas de fixação de preços.

O intuito dos países aliados era de uma economia de pós-guerra mais agrícola e descentralizada, dessa maneira, poderiam assegurar um padrão de vida básico para a população e o pagamento das reparações de guerra, mas nada além disso. (BESSEL, 2010, p. 325).

Para garantirem que isso ocorreria, os países aliados restringiram a atividade econômica alemã. Para isso, imediatamente após a ocupação, autoridades dos países aliados nas zonas ocidentais ordenaram que muitos negócios fossem fechados. Em Setembro de 1945, apenas algumas serrarias operavam para cobrir as necessidades do exército norte-americano. Aos poucos, lojas e fábricas obtiveram a permissão para reabrir, depois de terem que passar por um longo processo. (BERGER; RITSCHL, 1994, p. 9)

Com a reativação das indústrias e do comércio, aliado a reforma monetária e fiscal, as indústrias alemãs obtiveram a oportunidade que necessitavam para voltar a operar, crescer e exportar. A partir de 1948, a moeda novamente tinha liquidez e os consumidores estavam ávidos pelos produtos e serviços que ficaram tanto tempo fora do mercado.

Se comparando as duas guerras mundiais, a situação que a indústria alemã se encontrava após a 2ª Guerra era bem mais severa do que a da República Weimar, ao final da 1ª Guerra. A produção industrial em 1946, um ano após o final da Guerra, correspondia a 29% do nível que se encontrava em 1938, como mostra a tabela a seguir:

TABELA 2 – PRODUÇÃO INDUSTRIAL ALEMÃ (ÚLTIMO ANO ANTES DA GUERRA = 100)

Anos Pós 2ª Guerra	República Federal 1938 = 100
1946	29
1947	33
1948	52
1949	74
1950	94
1951	112
1952	120
1953	132

FONTE: MENDERSHAUSEN, 1955, p.6.

Apesar da grande recessão da produção em 1945, a indústria se recuperou rapidamente e em 1950 já alcançava 94% do seu período antes da Guerra. Uma das causas dessa recuperação foi a economia social de mercado, a qual acabou com o tabelamento de preços. O objetivo do fim da fixação de preços era aumentar o poder de compra por parte dos consumidores e assim impulsionar a produção dos setores industriais. Para isso também era necessário acabar com o racionamento dos produtos e alimentos, fazendo com que o produtor saiba realmente qual é a demanda da sociedade, e dessa maneira possa ofertar mais. Porém, para que não haja problemas a economia deve oferecer rapidamente uma produção corrente, liquidar o estoque existente e abolir a estagnação de salários.

Também é interessante se observar o crescimento da produção pelos diversos setores da indústria. De acordo com a tabela abaixo, pode-se observar a tendência de um ritmo mais acelerado nas indústrias de bens duráveis do que nas não duráveis:

TABELA 3 - REPÚBLICA FEDERAL – PORCENTAGEM DE AUMENTO DA PRODUÇÃO – 1949-1952

Indústria automobilística	+162
Mecânica e ótica	+113
Máquinas	+94
Ferro e aço	+70
Construção	+63
Química	+61
Média de todas as indústrias	+61
Média dos bens de consumo	+57
Eletricidade	+45
Têxteis	+40
Papel	+35
Mineração	+30
Alimentos	-3

FONTE: MENDERHAUSEN, 1955, p.52.

Entre os anos de 1949 até 1951, a indústria de construções construiu cerca de 1 milhão de habitações a mais do que os anos de 1924 até 1926, após a Primeira Guerra Mundial. Em 1951, a construção de casas absorveu 30% do investimento fixo líquido, mostrando como esse setor da economia estava estrangulado. Em 1954, a Alemanha Ocidental substituiu 2 milhões e meio de casas destruídas durante a guerra, mas ainda tinha uma deficiência de 4 milhões de casas, mostrando que ainda tinha bastante espaço para crescer.

A recuperação da atividade econômica não ficou restrita apenas ao aumento do nível de produção da indústria. Houve um acompanhamento de um pequeno aumento de preços e salários. No segundo semestre de 1948, o salário médio por hora de trabalho no setor industrial obteve um aumento nominal de 16%, aumento maior do que a elevação do custo de vida no mesmo período. O índice de custo de vida aumentou cerca de 13% e o índice de preços industriais em 10%. Mas depois desse período, houve uma leve deflação, fazendo com que entre março de 1949 e julho de 1950, o índice de custo de vida declinasse em 10% e o índice de preços industriais em 5%.

Então, junto com a reativação da indústria houve uma externalidade positiva que auxiliou a recuperação de outros setores. O aumento do nível salarial impulsiona um aumento do consumo, que faz com que aumente a produção,

umentando o nível de empregos, resultando em um ciclo infinito de melhorias econômicas. Outra consequência positiva foi na balança comercial com a evolução do comércio exterior que será apresentado a seguir.

### 3.5 COMÉRCIO EXTERIOR

O comércio exterior da economia alemã foi extremamente prejudicado pelas medidas monetárias realizadas durante a 2ª Guerra Mundial. Como resultado, as exportações industriais ficaram estagnadas em níveis extremamente baixos.

Tradicionalmente, a Europa Ocidental exportava produtos industriais e importava bens agrícolas da Europa Oriental e da América. Após a guerra, havia pouca prospecção que essa divisão internacional do trabalho retornasse tão rápido. Durante a guerra, países da América Latina e os Estados Unidos expandiram suas indústrias para preencher o vazio deixado pela falta das exportações europeias. (EICHENGREEN; LONG, p. 18)

Ao serem removidas as restrições ao comércio exterior, os governos ocidentais empreenderam grande avanço na superação da estagnação na qual se encontravam. E a principal beneficiária foi a Alemanha Ocidental, cuja fatia da exportação mundial de itens manufaturados subiu de 7,3% em 1950, para 19,3% em dez anos. Assim, a economia alemã retornou a posição que ocupara no comércio internacional antes da quebra da Bolsa de Valores de Nova York, em 1929. (JUDT, 2007, p. 333)

Na tabela seguinte, pode-se observar a evolução dos níveis de exportação e importação da economia alemã:

TABELA 4 – VOLUME DO COMÉRCIO EXTERIOR ALEMÃO (1938=100)

Anos pós 2ª Guerra	Volume de Importação	Volume de Exportação
1950	91	88
1951	93	125
1952	107	135
1953	121	158

FONTE: MENDERSHAUSEN, 1955, p.12.

Em 1952, o volume de exportações e importações da economia já ultrapassava a situação em que a Alemanha se encontrava um ano antes do início da 2ª Guerra Mundial.

#### 4. RECUPERAÇÃO DA ALEMANHA E A INFLUÊNCIA DO PLANO MARSHALL

Para compreender a mudança da ajuda dos países vencedores entre a Primeira e Segunda Guerra Mundial é necessário estudar as medidas do Plano Marshall. Como foi visto no segundo capítulo desse trabalho, no final da Primeira Guerra Mundial, foi feito o Tratado de Versalhes, o qual não contribuiu para a recuperação da Alemanha e se tornou uma das causas do início da guerra nazista.

No final da Segunda Guerra Mundial, os países aliados queriam assegurar que a Alemanha não se recuperasse e assim, almejavam um país mais agrícola e descentralizado. Porém, nesse capítulo será mostrado como esse plano inicial foi abandonado, as causas dessa mudança, as principais medidas do Plano, suas contribuições positivas para a economia alemã e ao final, será mostrada a visão dos críticos ao Plano Marshall.

##### 4.1 VISÃO GERAL DO PLANO MARSHALL

Em 5 de Junho de 1947, o Secretário do Estado dos EUA, George Marshall apresentou seu plano de auxílio para os países europeus atingidos pela 2ª Guerra. O Plano Marshall não foi o primeiro programa assistencial oferecido pelos Estados Unidos para a Europa pós-guerra. Entre 1945 e 1947, o país norte-americano ajudou financeiramente os países europeus sob diversas iniciativas. O montante total anual desses pagamentos foram maiores que o do Plano Marshall. Porém, um dos elementos chaves do Plano Marshall foi juntar diferentes iniciativas e programas em um pacote, identificar e resolver suas inconsistências.

A origem do Plano Marshall se apoiou nas crises dos programas assistências anteriores. As condições extremas de temperatura na Europa em 1946/47 haviam interrompido um sistema já frágil de racionamento de alimentos, e a escassez de carvão e energia, que culminaram no ritmo mais lento de recuperação da Europa Ocidental. Confrontada com o aumento de dúvidas do Congresso sobre a eficiência dos programas existentes, a administração do presidente Truman sentiu a



necessidade de elaborar uma proposta de unificação dos programas. Então, o Plano Marshall diferiu dos planos existentes, com uma administração centralizada e fortalecimento de vínculos com a agenda política americana. (RISTCHL; BERGER, 1995, p. 5)

Assim, este novo modelo de ação visava o fortalecimento da economia europeia e sua recuperação. Sua ajuda assumiu mais a forma de doações para os países europeus do que de empréstimos. Marshall anunciou que se a Europa esboçava um programa de reconstrução em longo prazo, os Estados Unidos estariam dispostos a fornecer os recursos para que isso acontecesse. Assim deu início o Plano Marshall, conhecido oficialmente como Programa de Recuperação Europeia, solução encontrada pelo governo americano para reerguer economicamente a Europa. (HOBSBAWM, 2003, p. 237)

Os países europeus podiam decidir se aceitavam o auxílio norte-americano e como empregá-lo, ainda que conselheiros e especialistas dos Estados Unidos desempenhassem papel de destaque na gestão dos recursos. Esse auxílio deveria durar alguns anos, pois se tratava de um programa estratégico de recuperação e crescimento, e não um fundo emergencial de desastre.

O Plano também propunha o suprimento de bens gratuitamente, que eram entregues aos países europeus com base em requisições anuais formuladas num plano quadrienal elaborado por cada Estado receptor. Esses bens, ao serem vendidos no país, gerariam as chamadas "contrapartidas financeiras", em moeda local, que poderiam ser utilizadas com base em acordos bilaterais firmados entre Washington e cada governo nacional. O fator fundamental para a criação deste programa, segundo HOBSBAWM (2003), foi a Guerra Fria. Com a disputa das economias mundiais entre o socialismo e o capitalismo, a nação norte-americana foi incentivada a ajudar seus futuros competidores a crescerem o mais rápido possível e, dessa maneira, não cederem ao comunismo. Considerando, o atrito entre Estados Unidos e União Soviética o principal motor da grande prosperidade global. E realmente, devido aos generosos recursos oriundos do Plano Marshall, nações se modernizaram com os fundos que receberam do programa, como exemplo a aceleração da transformação da Alemanha Ocidental.

As ajudas financeiras recebidas pelos países europeus ocidentais somaram uma quantia de aproximadamente 13 bilhões de dólares. Sendo que quase 2 bilhões

foram destinados à reconstrução da Alemanha pós-guerra, fazendo com que historiadores alegassem que a reconstrução alemã sobre a proteção da política americana fosse a real razão do Plano Marshall.

A contribuição americana em doações e empréstimos representou 31% em 1948 e 22% em 1949 da formação bruta de capital físico da Alemanha, conforme tabela a seguir:

Tabela 5 – AJUDA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS (em US\$ milhões)

	1948	1949	1950	1951
Ajuda dos Estados Unidos (1)	1.130	948	470	362
Formação bruta de capital (2)	3.600	4.340	4.400	5.300
(1)/(2) (em %)	31	22	11	7

FONTE: MEIER; BALDWIN, 1981, p. 342.

Segundo o IBGE, a formação bruta de capital fixo registra a ampliação da capacidade produtiva futura de uma economia por meio de investimentos correntes em ativos fixos. No caso, a ajuda externa aumentou o investimento externo e somado ao investimento doméstico, houve um aumento da formação bruta de capital fixo.

No primeiro ano, metade da ajuda oriunda do Plano Marshall foi utilizada para alimentação. Em percentuais, 60% foi gasto em produtos primários e insumos intermediários: comida, ração, fertilizantes, materiais industriais e produtos semi-acabados, divididos entre bens agrícolas e insumos industriais. O restante era dividido entre combustível, maquinaria, veículos e commodities. (EICHENGREEN, p. 14)

Os efeitos do Plano Marshall no milagre econômico alemão ainda são controversos. De um lado, a opinião pública e a histórica econômica tradicional na Alemanha acreditam que o Plano marcou o começo da recuperação do país no pós-guerra. Já, de outro lado, uma influente escola da economia alemã alega que o crescimento da Alemanha e da Europa no pós-guerra foi independente do Plano Marshall. Assim, Nas próximas seções são apresentadas as duas correntes.

## 4.2 DEFENSORES DA INFLUENCIA POSITIVA DO PLANO MARSHALL NO CRESCIMENTO

Mesmo com possíveis interesses envolvidos, o Plano Marshall é considerado por muitos autores um caso de sucesso dos EUA, visto como o propulsor da recuperação da Europa Ocidental. Assim, acreditam que ele foi o responsável por tudo que melhorou na Europa pós-guerra: a restauração da oferta de alimentos, a abertura dos estrangulamentos de suprimentos na indústria, e o mais importante, a reconstrução do capital de equipamentos e habitação nas áreas econômicas devastadas da Europa Ocidental. Dessa maneira, nesse capítulo serão apresentados oito argumentos a favor do Plano Marshall para a recuperação econômica da Alemanha.

Primeiramente, contrário às afirmativas de que o Plano Marshall teria surgido apenas pelo início da Guerra Fria ou qualquer outro interesse norte-americano, JUDT (2001, p. 2), alega que não foi isso que ocorreu. Havia diversos contextos na época que ajudam a explicar sua origem e seus objetivos. Em 1945, com o colapso da Europa, ocorreram vários comentários que levaram a conclusão de que algo novo e diferente seria necessário para que esse continente saísse do ciclo de estagnação econômica e frustração política no qual se encontrava. E se era para evitar um novo desastre no pós-guerra, como ocorreu na Primeira Guerra Mundial, governos democráticos teriam que ser mais ativos com suas capacidades e responsabilidades. E foi isso que ocorreu. Os Estados Unidos, considerado o poder dominante durante o período pós-guerra, era o mais capaz para reconstruir a economia alemã. Os países europeus apenas dependiam do comprometimento do país norte-americano para fazê-lo, e com o anúncio do Plano Marshall e a remoção imediata dos limites da produção industrial que foram impostos em 1946, os EUA conseguiram a confiança que necessitavam.

Em segundo, o comprometimento dos norte-americanos com o anúncio de transferência de recursos teve um significado especial na Alemanha. A ideologia nazista interpretava a guerra de uma forma Malthusiana e Darwinista social, como uma luta por habitat e recursos escassos. A previsão dessa doutrina era que depois de uma derrota militar, o país seria exposto a perdas de territórios, destruição do seu

potencial industrial e fome em massa. Os dois anos após o fim da 2ª Guerra Mundial pareciam confirmar essa teoria. Para reforçar esta visão havia o histórico da recuperação da 1ª Guerra Mundial com o regime nazista e o Tratado de Versalhes. Dessa maneira, a existência de um programa de auxílio ao país animou a população sobre os futuros econômicos e sociais. A promessa de assistência e reconstrução sobre um novo sistema de troca internacional pode ter provocado uma fundamental mudança nas expectativas em um dos grupos mais importantes da Alemanha, o da indústria voltada para exportação. (BERGER; RITSHL, 1994, p. 16).

Judt (2001, p. 2) alega que a ausência da recuperação alemã fazia com que os outros países europeus ficassem fadados a estagnação, porque dependiam da Alemanha como parceiro de negócio ou porque necessitava do carvão e do aço alemães para suas próprias indústrias. Assim o Plano Marshall foi responsável por quebrar esse ciclo e contribuir para a recuperação da Alemanha e do resto da Europa. Ainda, Tony Judt afirma que os verdadeiros benefícios do Plano Marshall foram psicológicos:

Na verdade, quase se pode dizer que o Plano Marshall ajudou a melhorar a auto-imagem dos europeus. Ajudou-os a romper, definitivamente, com um legado de chauvinismo, depressão e soluções autoritárias. Fez com que coordenação de política econômica parecesse algo normal, e não estranho. Fez com que as práticas monetárias e comerciais dos anos 30, que defendiam a prosperidade de uma nação à custa da nação vizinha, parecessem, em primeiro lugar, imprudentes, depois desnecessárias e, finalmente, absurdas. (JUDT, 2007, pg. 111).

Confirmando o comprometimento da ajuda dos Estados Unidos e países aliados, ocorreu um evento onde a ajuda externa foi de fato substancial para a sobrevivência da Alemanha ocidental: o chamado “ponte aérea de Berlim”. Durante 1948 e 1949, todos os suprimentos para o setor ocidente de Berlim deveriam ser trazidos pelo ar e essa ajuda foi uma evidência para a Alemanha que os Estados Unidos e países aliados estavam realmente comprometidos com sua recuperação. Descrito pelo economista Belga, Herman Van der Wee como:

a contribuição decisiva para renovação do sistema de transporte, modernização da indústria e equipamentos agrícolas, ressurreição da produção habitual, aumento da produtividade, e facilitando as trocas dentro da Europa”. (WEE, 1984, p. 44).

Como quinta consideração, o período entre 1947 até 1949 foi o de maior ajuda à Alemanha e o Plano Marshall foi responsável pela maioria das importações

da época. Defensores da contribuição do Plano para a recuperação econômica européia, Borchadt e Buchheim (1991), argumentam que as matérias primas importadas sob o Plano Marshall aceleraram a recuperação das indústrias da Alemanha Ocidental, eliminando os estrangulamentos e estimulando as exportações. Outro argumento favorável, realizado pelos mesmos autores, compara as exportações dos tecidos de algodão à importação do algodão, chegando à conclusão que o estoque desse material estava próximo de zero durante o outono de 1948, o que dificilmente teria acontecido se não houvesse a informação de que a ajuda chegaria em breve. A indústria de têxteis alemã tinha uma significativa participação no valor agregado da época e é um exemplo, segundo Borchardt e Buchheim, de como estrangulamentos da economia foram eliminados com o auxílio do Plano Marshall. (BERGER; RITSHL, 1994, p. 7).

Reforçando a importância do programa para a reconstrução da economia, Borchadt e Buchheim (1991) também apresentam o argumento do fundo de contrapartida. Esse consistia por um estoque de Deutschemark criado por pagamentos de beneficiários do setor privado pela ajuda do programa de auxílio à Europa. Esse fundo, administrado primeiramente pelos Estados Unidos, e mais tarde por um novo banco chamado Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW), eram encaminhados para investimentos nos setores estrangulados, primeiramente no setor de energia elétrica. (BERGER; RITSHL, 1994, p. 7). Na tabela, pode-se observar um significativo aumento de formação de capital durante os anos de 1949 e 1950:

TABELA 6 – DIVISÃO DO FUNDO DE CONTRAPARTIDA EM INVESTIMENTO BRUTO FIXO (EM PORCENTAGEM)

	Longo Prazo	Indústria		Energia	Transporte		
		Formação de Capital	Total		Mineração	Total	Ferrovias Estatais
1949	21.8	7.1	35	14	20	32	-
1950	14.5	13.3	32	24	7.1	-	35.4
1951	7.0	4.6	8.6	21	3.3	-	12.4
1952	4.8	2.3	4.2	5.5	2.2	3.1	4.7

Fonte: BERGER; RITSCHL, 1994, p. 7.

E no sétimo e último argumento, EICHENGREEN (1991) afirma que os dólares oriundos do Plano Marshall afetaram o nível de investimento: países que receberam um montante significativo investiram mais. Eles calcularam que a cada dólar da ajuda do Plano Marshall, 65 cents foram para aumentar a produção e os outros 35 cents para aumentar o investimento, e o retorno dessas aplicações era alto. Análise feita por EICHENGREEN e UZAN sugere que o retorno social vindo do Plano Marshall era maior que 50% ao ano: cada dólar extra colocado no investimento nacional aumentava em 50 cents o produto nacional no ano posterior. (EICHENGREEN; LONG, 1991, p. 30)

#### 4.3 CRÍTICOS DA IMPORTANCIA DO PLANO MARSHALL PARA A RECUPERAÇÃO

Alguns historiadores políticos têm uma visão totalmente diferente e radical dos efeitos do Plano Marshall na recuperação econômica após a Segunda Guerra Mundial. Na visão deles, o Plano Marshall pode ser considerado uma estratégia dos Estados Unidos para reconstruir a Europa junto ao livre mercado. Dessa maneira, o país norte-americano não precisaria dar assistência para os países europeus indefinidamente, e o Oeste alemão se restabeleceria como o principal fornecedor de bens de capital, assim a ajuda no longo prazo seria desnecessária e a lacuna do dólar entre as trocas entre Estados Unidos e Europa seria solucionada. Dessa maneira, o foco do debate não foi a necessidade de reconstrução da Alemanha e

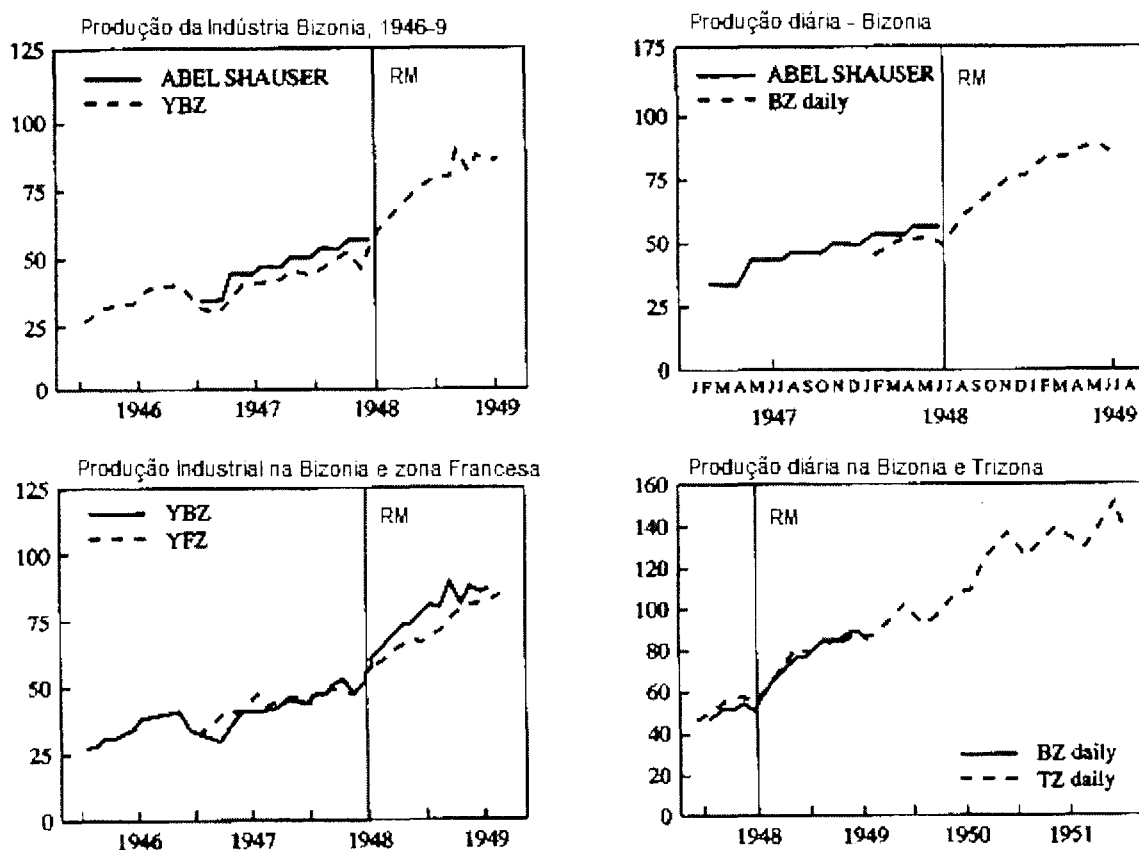
sim como essa idéia poderia ser vendida aos menores países aliados e o benefício que o programa de auxílio traria aos Estados Unidos.

Dois principais motivos foram atribuídos pelos críticos para o surgimento do Plano Marshall. Primeiramente, havia o início da Guerra Fria com a União Soviética, onde os dois países dividiram o mundo entre os socialistas e capitalistas. Dessa maneira, acredita-se que existia interesse por parte do país norte-americano em não deixar os países do Oeste Europeu se tornarem comunistas. O segundo principal motivo, seria a preocupação com a falta de dólar do Oeste Europeu em troca com os Estados Unidos. Incentivadas por uma ambiciosa política econômica nacional, a maioria dos países do Oeste Europeu alcançaram o pleno emprego durante a primavera de 1947. As demandas de importação eram notáveis, se fosse considerado que a performance de exportação, limitada pela insuficiência de modernização, foi relativamente pobre. Na ausência de reais transferências com o exterior, os países da Europa Ocidental seriam forçados a controlar as atividades através de um processo deflacionário. Assim, acreditam que o programa de ajuda aos países europeus após a Segunda Guerra Mundial foi criado para benefício do próprio país norte-americano invés de ser um auxílio para os países atendidos pelo Plano Marshall. (RITSCHL; BERGER, 1994, p. 11).

Os Estados Unidos eram os principais provedores de bens de capital aos países europeus, e não sabiam por quanto tempo essa situação seria viável. Dessa maneira, o Plano Marshall faria com que essa posição fosse transferida dos Estados Unidos para a Alemanha Ocidental. Essa mudança foi facilitada pela presença de capacidade ociosa da indústria alemã, sendo apenas necessário colocar a economia alemã em ação novamente e assim, seu potencial poderia ser utilizado para reduzir o custo da ocupação e fornecer transferências de recursos reais para os países europeus sem impor uma insustentável saída de recursos dos Estados Unidos. Além dos prováveis interesses, existem três argumentos que sugerem que o Plano Marshall não foi vital para a recuperação econômica européia.

Primeiramente, Milward (1984) acreditava que o Plano Marshall não foi grande o suficiente para estimular significativamente o crescimento da Europa Ocidental através da aceleração da substituição e ampliação de seu capital social. Para ele, a Europa já se encontrava em grande processo de recuperação antes da chegada do programa de auxílio. (EICHENGREEN; LONG, 1991, p. 3).

No segundo argumento, pesquisadores como Manz (1968) e Abelshauser (1975) alegaram que a recuperação da economia alemã já estava indo bem durante a reforma monetária em Junho de 1948 e se encontrava num estado ainda melhor quando as ajudas do Plano Marshall chegaram ao país. Assim, de acordo com essa visão, a recuperação da economia pós-guerra foi mais um processo exógeno, o qual ocorreu na medida em que estrangulamentos dos sistemas de transporte eram eliminados. Dessa forma, chegam a conclusão de que a transformação para um sistema de livre mercado e a existência do Plano Marshall foram de menor importância para a recuperação. A favor dessa abordagem, a figura a seguir demonstra que já havia um crescimento substancial na economia ocidental alemã antes mesmo da reforma monetária (RM):



FORNE: BERGER E RITSCHL (1994)  
FIGURA 2 – PRODUÇÃO INDUSTRIAL - BIZONIA

A "bizonia" representa a área de ocupação dos Estados Unidos e da Inglaterra. A maior parte da indústria pesada da Alemanha Ocidental estava concentrada na área de ocupação Britânica, mas como o potencial econômico



britânico estava enfraquecido decidiram mesclar seu território de ocupação com o norte-americano. Assim, criou-se a "bizonia", sobre a liderança dos Estados Unidos.

E finalmente, a terceira visão crítica ao Plano Marshall alega que o crescimento da Alemanha e da Europa no pós-guerra foi independente do Plano Marshall. Para essa corrente de pensamento, o tardio começo e a pequena magnitude do Programa de Recuperação Europeu, provaram que o Plano foi irrelevante para o crescimento da Alemanha pós-guerra. Essa crítica foi inspirada em estudos keynesianos sobre a estagnação econômica dos Estados Unidos, o qual compara o Plano Marshall a um programa de exportação norte-americano. Depois, uma revisão dessa doutrina colocou em destaque a pequena magnitude da assistência do Plano, que dificilmente excedeu 2,5% do PIB dos países e contabilizou menos de 20% do capital formado no período. (RITSCHL; BERGER, 1994).

#### 4.4. COMPARATIVO ENTRE AS DUAS CRÍTICAS

A recuperação econômica da Alemanha, o chamado "milagre alemão", foi oriundo de diversas mudanças estruturais e econômicas realizadas, dificultando a análise e resultados individuais. Nesse capítulo, o mérito do Plano Marshall foi amplamente discutido por duas correntes distintas, os que acreditam na sua eficiência e os que defendem que a economia já estava em processo de recuperação.

As duas análises apresentadas sobre o Plano Marshall têm seus méritos e contribuíram para que houvesse uma visão crítica ao plano de ajuda oferecido pelos Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial. Porém, nesse caso, nenhum dos dois lados deveria ser tão extremo.

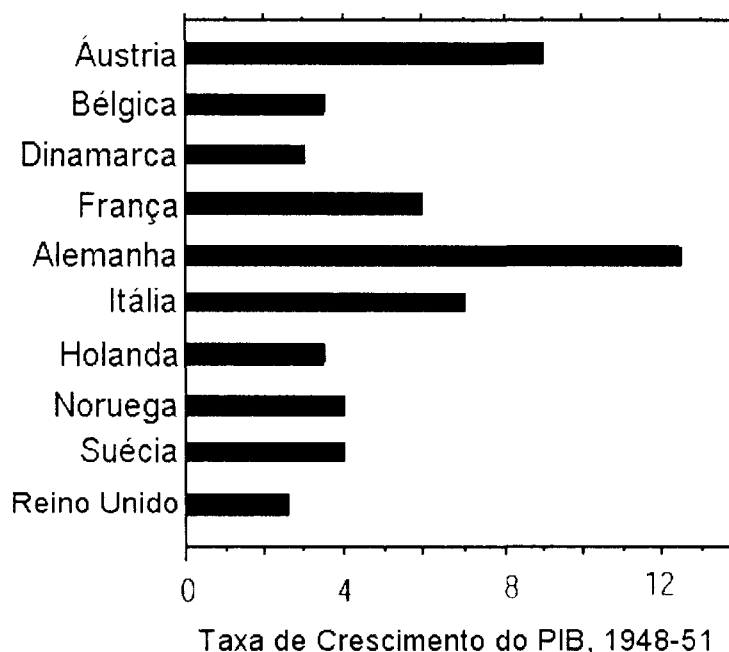
De um lado, a opinião pública e a história econômica tradicional defendem que o Plano Marshall foi o responsável pelo milagre na recuperação da economia alemã. Já de outro, acreditam que a recuperação econômica na Alemanha e na Europa ocorreu de forma independente do Plano Marshall e que essa ajuda só ocorreu por motivos que interessavam os Estados Unidos. A dúvida das duas correntes não é a falência ou sucesso do Plano Marshall, mas sim sua relevância

para a recuperação econômica e seu impacto na formação da Europa Ocidental no pós-guerra.

É verdade que a ajuda oferecida pelo país norte-americano cresceu consideravelmente com o início da Guerra Fria, mas nem por isso, ela deveria ser desmerecida. Na realidade, entre 1945 e 1947 o país já oferecia um auxílio financeiro substancial aos países europeus de diversas maneiras. O Plano Marshall foi um agrupamento e melhoria do que já faziam, mas claro, impulsionado em parte pela divisão do mundo entre o capitalismo e socialismo.

A discussão sobre a origem do Plano Marshall causa grande discussão entre duas correntes de pensamentos. A que defende a influência positiva do Plano Marshall, sem criticar suas origens e a que acredita que ele foi responsável pelas melhorias que ocorreram na Europa Ocidental pós-guerra. Os críticos ao Plano assistencial criticam os interesses envolvidos para a ajuda externa e alegam que os países europeus já estavam se recuperando antes de receber as ajudas assistenciais oriundas do Plano.

No gráfico a seguir pode se observar a evolução dos PIB's dos países que receberam ajuda oriunda do Plano Marshall:



FONTE: LONG E EICHENGREEN (1991)  
FIGURA 3 – TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB, 1948-51.

A Alemanha foi o país com a maior taxa de crescimento do PIB, porém todos os países obtiveram uma taxa positiva e significativa. Não podemos vincular esse crescimento apenas ao Plano Marshall, apesar de não se poder mensurar qual foi a relação direta entre ambos.

A verdade é que o investimento é um meio óbvio que talvez tenha acelerado o crescimento econômico após a Segunda Guerra Mundial, e esse investimento veio através do Plano Marshall. A Europa após a guerra era pobre e escassa de capital. Para a manutenção dos padrões de vida em níveis considerados minimamente toleráveis, era consumida uma grande porcentagem do PIB, restando pouco para a reconstrução de rodovias, construções e máquinas danificadas pela guerra. Assim, qualquer dinheiro recebido para o investimento traria melhorias para os países, eliminando estrangulamentos.

Apesar da forte ligação entre o Plano Marshall e o investimento, os efeitos da ajuda do plano eram pequenos para iniciar um milagre econômico. Mas, nem por isso suas intenções devem ser ignoradas e menosprezadas. Ou seja, deve ser retirado de toda essa análise crítica sobre as intenções do Plano Marshall, que qualquer ajuda entre os países deve ter seus méritos independentes de qual tenham sido os motivos que os impulsionou para realizá-los. A pergunta em questão não é se o Plano Marshall foi necessário, o que importa é que ele ajudou a retirar gargalos da economia e, como investimento, ajudou a impulsionar a economia dos países em necessidade.

Enfim, pode-se observar que o Plano Marshall pode ser distinguido de diversas maneiras: primeiro, o conhecido programa de auxílio que ofereceu ajuda proveniente dos Estados Unidos; em segundo, o Plano Marshall que transformou a Alemanha no principal provedor de bens para a Europa; e por fim, o Plano Marshall que visava proporcionar um quadro institucional adequado e que pavimentou o caminho para a aceitação política da ressurreição econômica da Alemanha entre os aliados europeus dos EUA.

## 5. CONCLUSÃO

Após o término da Segunda Guerra Mundial, a Alemanha encontrava-se devastada e ocupada pelos países aliados, sem uma real possibilidade de recuperação. Ao longo do trabalho mostra-se como o país se recuperou e conseguiu níveis melhores que os anteriores.

Além das perdas físicas, as medidas tomadas pelo regime nazista durante a guerra prejudicaram o país economicamente. O controle de preços e a expansão da emissão monetária fizeram com que em 1945, a moeda perdesse sua liquidez e a população passasse a utilizar o escambo como meio de troca. Para se reverter essa situação era necessária uma reforma monetária e foi isso que ocorreu em 1948. Durante esta reforma, o Deutschemark (DM) foi substituído pelo Reichsmark (RM), e com a transição houve a eliminação do excesso monetário na economia e a moeda voltou a ter valor e liquidez. Assim, o escambo deixou de ser utilizado na economia:

A transição para uma economia social de mercados também auxiliou a recuperação econômica com a abolição da tabela de preços e a defesa da concorrência entre empresas e indústrias, acabando com o esquema de cartéis utilizado anteriormente na Alemanha.

Além das mudanças econômicas internas, outro fator levado em consideração para a recuperação econômica da Alemanha foi a ajuda externa oriunda do Plano Marshall. O programa norte-americano causa controvérsias sobre seu surgimento e eficácia para a recuperação da economia alemã até os dias atuais. De um lado, os argumentos contrários ao programa alegam que ele só ocorreu devido a Guerra Fria e que o país alemão já apresentava crescimento antes da chegada dos auxílios do Plano Marshall. Já os defensores afirmam que o programa foi fundamental para o restabelecimento da economia, eliminar gargalos e aumentar o nível de investimento no país.

Em 1951, o crescimento do PIB alemão era maior do que de todos os outros países europeus, o nível de produção industrial e o volume de importações e exportações ultrapassavam o número que se encontrava um ano antes da guerra.

Enfim, ao final desse trabalho, conclui-se que a recuperação econômica que ocorreu na Alemanha após a Segunda Guerra Mundial não teve apenas um efeito

curativo na economia, ela foi real. A taxa do produto nacional per capita ultrapassou o nível antes da guerra. Assim, o "milagre alemão" não foi apenas um retorno ao que se havia perdido durante a guerra, foi uma melhora significativa das condições econômicas anteriores a esta.

Nesse período foi criada uma economia com possibilidade de crescimentos dinâmicos como nunca se tinha visto na Europa. Pode-se notar nitidamente que, independentemente dos estragos, perdas e desesperança do pós-guerra, as ações firmemente aplicadas à economia alemã e a quebra de paradigmas alavancaram a estrutura do país de uma forma jamais vista. Esta recuperação tornou-se um exemplo de determinação e capacidade de uma nação que, apesar dos grandes erros cometidos por seus líderes contra a paz no passado, soube ter a frieza e dinamismo para reconstruir seu sistema financeiro, sua economia e se restabelecer como uma das maiores potências do século XX.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERGER, Helge; RITSCHL, Albrecht. Germany and the Political Economy of the Marshall Plan, 1947-1952: A Re-Revisionist View. In: EICHENGREEN, Barry. *Europe's Post-War Recovery*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995. P. 199-245.

BESSEL, Richard. *Alemanha, 1945*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

CHANG, Ha-Joon. *Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo: Unesp, 2004.

COSTA, Carla Guapo. *O modelo alemão e a "economia social de mercado" num contexto de globalização*. Disponível em: <http://pascal.iseg.utl.pt/~cedin/portugalbrasil/files/cgpa1.pdf>. Acesso: 15 de abril de 2011.

DALL'ACQUA, Fernando Maida. A reforma monetária de 1948 na Alemanha. *Pesq. Plan. Econ.*, x, v. 20, n. 1, p. 141-160, 1990.

DORNBUSCH, Rüdiger; NOLLING, Wilhelm; LAYARD, Richard G. *Postwar economic reconstruction and lessons for the East Today*. Massachusetts Institute of Technology: The MIT Press, 1993.

ERHARD, Ludwig. *Bem estar para todos*. Lisboa: Bertrand, 1957.

FOLHA DE SÃO PAULO. *Economia Social de Mercado é a chave para sair da crise*. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u473654.shtml>. Acesso: 10 de março de 2011.

HAYEK, Friedrich. *O caminho da servidão*. 4. ed, Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1987.

HENDERSON, David. *German Economic Miracle*. Disponível em: <http://www.econlib.org/library/Enc/GermanEconomicMiracle.html>. Acesso: 20 de maio de 2011.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

JUDT, Tony. *Pós-guerra: uma história da Europa desde 1945*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

JUDT, Tony. Introduction. In: SCHAIN, Martin A. *The Marshall Plan: Fifty years after*. New York: Palgrave, 2001.

KEYNES, John Maynard. *As conseqüências econômicas da paz*. São Paulo: Editora Universidade de Brasília, 2002.

LONG, J. Bradford De; EICHENGREEN, Barry. *The Marshall Plan: History's most successful structural adjustment program*. Disponível em: [http://www.j-bradford-delong.net/pdf\\_files/marshall\\_large.pdf](http://www.j-bradford-delong.net/pdf_files/marshall_large.pdf). Acesso: 15 de junho de 2011.

MAURO, Frédéric. *História econômica mundial: 1790-1970*. 2. ed. Paris: Zahar, 1976.

MEIER, Gerald; BALDWIN, Robert. *Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Mestre Jou, 1968.

MENDERSHAUSEN, Horst. *Two Postwar Recoveries of the German Economy*. Amsterdam: North-Holland Publishing Company, 1955.

RADKE, Detlef. *Economía Social de Mercado: ¿una opción para los países em transición y em desarrollo?*. Buenos Aires: CIEDLA, 1995.

TERRA. Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/mundo/noticias/0,,OI2973046-EI8142,00-Ponteaerea+que+salvou+Berlim+Ocidental+faz+anos.html>. Acesso: 23 de maio de 2011.

WEE, Herman Van der. *Prosperity and Upheaval: The World Economy, 1945-1980*. Los Angeles: University of California Press, 1984.